



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

16ª REUNIÃO ORDINÁRIA ATA DA REUNIÃO

Data: 16 de agosto de 2007

Local: Sala de Reuniões do Hotel Royalty Barra, Rio de Janeiro, RJ.

Horário: das 15 às 17 horas

Pauta:

1. Indicação dos 03 (três) representantes dos setores desportivos e paradesportivo para comporem a Comissão Técnica responsável pela avaliação e a aprovação dos projetos para o benefício da Lei de Incentivo Fiscal para o esporte, conforme preceitua o Decreto nº 6.180, de 03 de agosto de 2007.

Conselheiros Presentes:

Ministro de Estado do Esporte, **Orlando Silva**

Secretário Executivo do Ministério do Esporte, **Wadson Nathaniel Ribeiro**

Secretário Nacional de Esporte Educacional, **Júlio César Monzú Filgueira**

Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento, **Djan Garrido Madruga**

Secretária Nacional de Desenvolvimento, Esporte e Lazer, **Rejane Penna Rodrigues**

Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, **Carlos Arthur Nuzman**

Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, **Vital Severino Neto**

Presidente da Comissão Nacional de Atletas, **Lars Schmidt Grael**

Representante dos Secretários e Gestores Municipais do Esporte e Lazer, **José Alberto**

Saraiva Fernandes

Representante dos Clubes Sociais, **Arialdo Boscolo**

Presidente do Conselho Federal de Educação Física, **Jorge Steinhilber**

Representante da Comissão Desportiva Militar do Brasil, **Brig AR Luis Antonio Pinto**

Machado

Representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto,

Humberto Aparecido Panzetti

Representante do Desporto Nacional, **Carlos Miguel Aidar**

Representante do Desporto Nacional, **José de Assis Aragão**

Representante do Desporto Nacional, **Bernard Rajzman**

Justificaram ausência os Conselheiros:

Representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer, **Ricardo Gomyde**

Representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, **Fernando Mascarenhas**

Representante da Confederação Brasileira de Futebol, **Fernando José Macieira Sarney**



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Representante do Desporto Nacional, **José Carlos Brunoro**
Representante do Desporto Nacional, **Eduardo Henrique De Rose**
Representante do Desporto Nacional, **Rinaldo José Martorelli**

Participantes:

Alcino Rocha, Diretor de Programa

Maristela Medeiros das Neves Gonçalves, Assessora Especial do Ministro

Ricardo Leyser, Secretário Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais para a realização dos XV Jogos Pan-americanos RIO2007

Ata da 16º Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte

Às quinze horas do dia dezesseis de agosto de dois mil e sete, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, o Ministro de Estado do Esporte, Orlando Silva, deu início a décima sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Esporte propondo um minuto de silêncio em solidariedade às vítimas do terremoto que ocorreu no Peru no dia anterior, ocasionando a morte de mais de quinhentas pessoas. Todos concordaram. Após esta homenagem, o Senhor Ministro propôs que fosse elaborada uma Moção de Congratulações pelo sucesso dos Décimos Quintos Jogos Pan-Americanos e dos Terceiros Jogos Parapan-Americanos. Relatou que foi testemunha de que os movimentos olímpico, paraolímpico, pan-americano e parapan-americano manifestaram grande satisfação e teceu inúmeros elogios aos organizadores pela realização dos Jogos. Declarou que: “a manifestação dos atletas, dirigentes e da torcida em geral é notória e me faz convidá-los a celebrar. A mesma emoção é exteriorizada pelos Governos em todas as suas esferas: Federal, Estadual e Municipal. É importante registrar o desempenho do COB e, em especial, do Secretário-Geral dos Jogos, Carlos Roberto Osório, no êxito deste evento”. Por tudo isso, encaminhou a Moção de Congratulações pelo trabalho do Comitê Organizador dos Jogos/CO-RIO, na realização dos Décimos Quintos Jogos Pan-Americanos e Terceiros Jogos Parapan-Americanos. O Conselheiro Vital Severino Neto, solicitou que fosse acrescentada na Moção, em nome do movimento paraolímpico, congratulações também às três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal. Carlos Arthur Nuzman aproveitou a oportunidade para agradecer a proposta apresentada pelo Presidente do Conselho e solicitou que fosse acrescentado à Moção, um agradecimento também aos patrocinadores. “As grandes realizações trazem grandes desafios e grandes riscos, até pelo desconhecimento do que virá”, declarou Nuzman. Seis anos após o processo de candidatura, vimos que somos capazes de realizar não só os Jogos Pan-americanos e Parapan-Americanos, mas também outros que possam ser captados no futuro e que, após dos Jogos Olímpicos de Atlanta, o Comitê Olímpico Internacional/COI, exigiu que todos os processos de candidatura tivessem apoio dos governos federais, estaduais e municipais, pois ficou entendido pelo movimento olímpico mundial que estes são apoio fundamental para o sucesso dos Jogos. Informou, ainda, que os elogios sobrepujaram as



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

críticas e que os resultados que os atletas brasileiros alcançaram no Pan e no Parapan, deixaram um grande legado. “O COI tem apregoado que a credibilidade é um grande legado dos Jogos, creio que para nós também é assim”, declarou Nuzman. E para finalizar, solicitou estender os cumprimentos ao Secretário-Executivo do Comitê de Gestão das Ações Governamentais para o PAN, Ricardo Leyser, em nome de quem cumprimentou a toda a equipe do Ministério do Esporte que trabalhou nos Jogos. O Ministro Orlando aproveitou a oportunidade para enaltecer a importância do relacionamento que foi desenvolvido entre ele e o Presidente do CO-RIO. “O sucesso dos Jogos dependeu fundamentalmente de sensibilidade e habilidade de trabalho, que só foram possíveis graças aos relacionamentos desenvolvidos”, acrescentou o Ministro. Ressaltou, ainda, a importância do Ministério da Saúde no atendimento aos atletas dos Jogos Parapan-Americanos. O Conselheiro Arialdo Boscolo concordou com tudo que foi dito, considerou todas as ações como históricas e registrou seu reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Secretário Ricardo Leyser. Acrescentou ao elogio a atuação dos treinadores e preparadores físicos. O Conselheiro Jorge Steinhilber ressaltou que os Jogos também trouxeram legado ao segmento da Educação Física pela valorização dos profissionais que atuaram nos eventos. O Ministro propôs que a pauta da próxima reunião do CNE seja uma avaliação dos Jogos, propôs ainda que o Presidente do CO-RIO, Carlos Nuzman, seja o responsável por organizar a reunião, e que sejam convidados os Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro para a ocasião. Continuou propondo que a Moção seja encaminhada ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; ao Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; ao Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, César Maia; aos Patrocinadores, às Confederações Esportivas; aos Atletas, às Comissões Técnicas; aos Treinadores e Técnicos que participaram dos Jogos Pan e Parapan-Americanos. Todos concordaram. Na continuidade da reunião, o Presidente do Conselho apresentou e cumprimentou o Brigadeiro Pinto Machado, Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDBM, que passará a integrar este Conselho. O novo Conselheiro aproveitou a oportunidade para cumprimentar a todos pela realização dos Jogos e lembrar que as instalações esportivas serão utilizadas pelos Quintos Jogos Mundiais Militares que acontecerão em dois mil e onze. O Ministro solicitou a atenção de todos para a pauta proposta para a reunião, que versa sobre um único tema: a Indicação dos três representantes dos setores desportivo e paradesportivo para comporem a Comissão Técnica responsável pela avaliação e a aprovação dos projetos para o benefício da Lei de Incentivo Fiscal para o Esporte, conforme preceitua o Decreto número seis mil, cento e oitenta, de três de agosto de dois mil e sete. O Conselheiro Carlos Nuzman elogiou o Presidente da República pela agilidade com que conseguiu tramitar, aprovar e regulamentar benefício de tamanha importância. Lembrando que há vinte e cinco anos vem lutando por esta bandeira. No entanto, questionou se a Comissão Técnica deveria ser formada por membros do Conselho ou por pessoas com perfil e tempo adequado ao trabalho que vão desempenhar. Disse ser sabedor que alguns Conselheiros que não puderam estar presentes à reunião inclusive enviaram seus votos por mensagem eletrônica, o que questionou a validade. Propôs que a pauta fosse adiada para um



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

momento mais oportuno quando todos pudessem avaliar melhor as indicações. O Conselheiro Alberto Saraiva registrou elogio ao Ministério do Esporte e em especial ao Ministro pelo sucesso dos Jogos Pan e Parapan-Americanos. Lembrou a importância da participação dos Municípios por onde passou a Tocha Pan-Americana. O Ministro, retomando à pauta em discussão, observou que a proposta do Presidente do COB seria decisória para a continuidade da reunião. Pediu a manifestação dos presentes quanto à proposta apresentada. O Conselheiro Arialdo Boscolo iniciou o debate ressaltando a importância da matéria e que, na sua opinião, havia expectativa e possibilidade de solução na própria reunião, sem necessidade de adiamento. O Conselheiro Jorge Steinhilber confessou que até o momento da reunião não havia percebido a importância da pauta proposta apoiou a manifestação do Conselheiro Nuzman e se declarou favorável a não indicação de integrantes do CNE. Steinhilber propôs que fosse discutido na reunião o perfil mais adequado dos profissionais que seriam indicados para a Comissão. O Conselheiro Humberto Panzetti apoiou a posição do Conselheiro Arialdo Boscolo, declarando que se achava apto para decidir na própria reunião sobre a indicação e, ainda, que apoiava a participação de membros do CNE na Comissão. O Conselheiro Lars Grael propôs que fosse dado conhecimento àquele quorum dos nomes já indicados para as três vagas, com o objetivo de possibilitar a análise dos perfis dos mesmos. O Conselheiro Carlos Miguel Aidar se disse surpreso com as questões levantadas, ressaltou a importância da manifestação do Conselheiro Nuzman, mas considerou oportuno apreciar os nomes propostos. Lembrou que a Lei não restringe que membros do CNE participem da Comissão. Informou que vários escritórios de advocacia já se debruçam sobre os atos legais para orientar o segmento sobre o benefício. “Um novo mercado de trabalho foi aberto, a oportunidade é única e acho que devemos ter consciência do limite temporal de ação. Se não agirmos agora, provavelmente vamos impedir que o benefício seja utilizado no próximo ano, tendo em vista que a maioria das grandes empresas decidem agora em que vão investir no próximo ano”, concluiu Aidar. O Conselheiro Boscolo disse que em várias reuniões manifestou seu descontentamento por ser chamado para referendar atos aprovados ad referendum do CNE e que agora que os Conselheiros foram chamados para propor não gostaria que se omitissem. O Conselheiro Júlio Filgueira passou a analisar as ponderações apresentadas. “Abrimos um debate sobre uma questão de ordem com méritos distintos. Em primeiro lugar aparece a necessidade de se estabelecer o perfil dos indicados a nos representar na Comissão, neste ponto eu apóio a proposta do Conselheiro Nuzman. Em segundo lugar, existe a questão sobre a oportunidade de resolvermos aqui ou em outra reunião os indicados. É igualmente importante lembrar que as empresas que vão investir precisam fazê-lo ainda dentro do Ano Fiscal de dois mil e sete. Depois que instalarmos a Comissão Técnica, vamos abrir uma porta para receber os projetos e para que os interessados possam ir ao encontro dos patrocinadores. Estas ações demandam muito tempo. Se demormos a abrir a porta, comprometemos todo o processo. Em terceiro lugar, destaco que o Decreto é omissivo quanto ao tempo de mandato da Comissão, e no meu entendimento o Conselho Nacional do Esporte pode estabelecer este prazo por resolução”, concluiu Filgueira em sua análise. Em seguida



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

propôs que o Conselho avaliasse os perfis que melhor o representasse, sugeriu, ainda, que fossem membros do CNE. E que fossem também introduzidos dois dispositivos complementares: a designação de três suplentes, que ajudaria a conferir agilidade ao processo decisório; e que fosse estabelecido um prazo de até cento e vinte dias, quando o Conselho novamente se reuniria para deliberar sobre essa matéria, ainda em dois mil e sete. Dessa forma, cumpridas as tarefas iniciais e administrativas, o Conselho poderia, se necessário, até rever os nomes indicados. Lembrou o Conselheiro que a Comissão Técnica precisa ter agilidade e qualificação técnica. O Secretário-Executivo, Wadson Ribeiro, informou que não houve o recebimento de votos por correspondência, apenas manifestações de apoio. O Conselheiro Nuzman concordou com a sugestão apresentada por Júlio Filgueira quanto à necessidade de se estabelecer o tempo de mandato dos membros da Comissão, suplência e representatividade. Lembrando que a lei menciona que seriam representantes dos segmentos desportivo e paradesportivo. O Conselheiro Aidar também concordou com a análise e proposta do Secretário Júlio Filgueira, alertando que os Conselheiros precisavam atentar para a oportunidade, para não correrem o risco de serem empecilhos para a lei vigorar. O Ministro Orlando agradeceu a contribuição de todos no debate, observando que todos tinham razão em suas ponderações. “Estamos no calor dos Jogos, as entidades nacionais dirigentes dos esportes nos pressionam muito para que a Lei venha a vigorar de fato, até os atletas questionam e pressionam, informou o Ministro. Concordo que precisamos discutir o perfil com capacidade técnica para o trabalho, mas proponho definirmos uma Comissão Técnica com mandato temporário, em que os membros não possam ser reconduzidos, nem mesmo o segmento possa ser reconduzido, para prevalecer a alternância. Vamos analisar os nomes já indicados e estabelecer uma missão até dezembro de 2007. Neste prazo o Conselho avaliará o trabalho realizado e, se necessário, promoverá o ajuste da Comissão”. O Conselheiro Lars Grael consultou ao Ministro se já existem as indicações dos três representantes governamentais. O Ministro respondeu que estão analisando a proposta de incluir membros de outros órgãos como, por exemplo, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou até mesmo da Casa Civil. Bernard Rajzman consultou se estes também teriam suplentes. O Ministro afirmou que considera a suplência importante para todos os indicados. Propôs o Presidente do Conselho que fosse votada proposta da Comissão Técnica ter a nomeação inicial temporária, até dezembro de dois mil e sete, podendo ou não ser reconduzida. O Conselheiro Nuzman pediu para agregar a esta proposta que, desde já, fossem indicados representantes dos segmentos olímpico e paraolímpico. Neste ponto passou a anunciar os nomes indicados: Lars Grael, se indicou como representante da Comissão Nacional de Atletas; Aivaldo Boscolo, se indicou como Presidente da Confederação Brasileira de Clubes; Humberto Panzetti, se indicou como Presidente da ONED; Ricardo Gomyde, manifestou o interesse em participar pelo Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; e, ainda, a indicação pelo Conselheiro Carlos Miguel Aidar do advogado Ataíde Gil Guerreiro, Vice-Presidente do Conselho Deliberativo do São Paulo Futebol Clube. O Ministro lembrou que o trabalho da Comissão Técnica vai ter um caráter técnico muito nítido e que os projetos também



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

serão analisados pelas áreas técnicas do Ministério do Esporte, e que a Comissão Técnica terá a responsabilidade de avaliar a viabilidade dos projetos de acordo com o que foi estabelecido na Lei e no Decreto aprovados. Ressaltou a importância da experiência e vinculação dos indicados com a temática própria do esporte, bem como a participação de pessoas com trajetória na carreira esportiva: um atleta, os clubes, as entidades não olímpicas e não paraolímpicas e os gestores. O Presidente do Conselho abriu a questão para debate. O Conselheiro Lars Graef informou que já participou do Comitê de Patrocínios da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e lembrou que é necessário um apoio técnico administrativo para os trabalhos da Comissão. O Ministro assegurou que o Ministério do Esporte dará o apoio necessário aos trabalhos da Comissão. O Conselheiro Vital disse que na hipótese de ser uma Comissão com caráter temporário, subscreveria alguns dos nomes propostos e, em dezembro, discutiria melhor o assunto fazendo uma indicação para a Comissão permanente. O Conselheiro Nuzman também declarou que irá propor um nome para a Comissão permanente. O Ministro recomendou que até dezembro de dois mil e sete a sociedade representada no Conselho reflita sobre sua representatividade na Comissão Técnica. O Conselheiro Júlio Filgueira observou que havia seis nomes para possíveis seis vagas. Propôs abrir o processo de votação, sendo três titulares e três suplentes. O Ministro declarou que concordaria com a decisão tomada pelo Conselho e que necessitava se ausentar em função de ter uma reunião em São Paulo. O Secretário Wadson passou a presidir a Reunião, ressaltando que os Conselheiros Ricardo Gomyde, Humberto Panzetti e Alberto Saraiva se declararam dispostos a concorrer à vaga de suplentes na Comissão. Desta maneira, propôs o Secretário-Executivo que fosse considerada a chapa: titulares – Lars Graef, Arialdo Boscolo e Ataíde Gil Guerreiro; e suplentes – Humberto Panzetti, Ricardo Gomyde e Alberto Saraiva. O Conselheiro Jorge Steinhilber pediu para reforçar que a proposta em votação é a da Comissão temporária, até dezembro de dois mil e sete. E que antes disso o CNE se reunirá para discutir se haverá ou não participação direta de membros do Conselho, sobre a representatividade dos setores desportivo e paradesportivo e sobre o Artigo quarto da lei que estabelece os percentuais dos setores de Esporte de Alto Rendimento, Esporte Educacional e Esporte de Participação. O Conselheiro Brigadeiro Pinto Machado questionou se o advogado Ataíde Gil Guerreiro presta serviços para a Ambev, tendo em vista constar do currículo do mesmo, que circulou entre os Conselheiros presentes. O Conselheiro Aidar informou que o indicado prestou serviço à empresa mencionada, mas que não está mais na função. O Brigadeiro esclareceu que sua dúvida seria quanto ao comprometimento do indicado com a possível isenção do empregador dele. O Secretário-Executivo ratificou que a proposta é de uma Comissão temporária. O Secretário Júlio Filgueira propôs que os temas levantados pelo Conselheiro Steinhilber sejam abordados em uma minuta de Regimento Interno que viria à apreciação dos Conselheiros do CNE na próxima reunião. O Secretário Wadson comunicou que serão realizadas, ainda em dois mil e sete, mais duas reuniões: uma com o propósito de avaliar os perfis dos indicados para a Comissão Técnica, regimento interno e mandato; e outra com o objetivo de assistir a apresentação sobre a realização dos Jogos Pan e Parapan-



CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE

Americanos. Os Conselheiros Carlos Arthur Nuzman, Bernard Rajzman e Brigadeiro Pinto Machado se abstiveram de votar. O restante concordou. Foi aprovada a chapa: titulares – Lars Graef, Aivaldo Boscolo e Ataíde Gil Guerreiro; e suplentes – Humberto Panzetti, Ricardo Gomyde e Alberto Saraiva. O Conselheiro Humberto Panzetti questionou se a suplência seria específica ou geral. Júlio Filgueira propôs que fosse adotado o critério de maior tempo na titularidade no CNE e, portanto, ficou estabelecida a seguinte ordem de suplência geral: primeiro suplente Humberto Panzetti, segundo suplente Ricardo Gomyde e terceiro suplente Alberto Saraiva. Todos concordaram. O Secretário-Executivo determinou que a Comissão Técnica, com o apoio do Ministério do Esporte, elabore a minuta de regimento interno com agilidade e encaminhe para avaliação dos Conselheiros o mais breve possível. Agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a reunião às dezessete horas.